



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 02/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 01/2018, de um lado, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. GILBERTO FERNANDES SALVADOR, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SESP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa Jehad A. Ibrahim & Cia Ltda-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 05.235.166/0001-00, estabelecido na Rua Marechal Candido Rondon, 816 - centro - São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. Jehad Alves Ibrahim, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG n.º 4.178.073-8 SSP/PR e CPF n.º 643.646.909-53, residente e domiciliado na Rua Marechal Candido Rondon, 816 - centro - São José das Palmeiras-PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira - Do objeto: Aquisições de materiais de construção para atender todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Presencial n.º 01/2018, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitam.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento - O preço será de R\$ 146.241,50 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e um mil e cinquenta centavos) até o término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta - Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 29 de Janeiro de 2019, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	140	02.001.04.122.0002.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	310	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	330	03.001.04.122.0002.2018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	440	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	770	05.001.12.361.0004.1025	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	1040	05.001.12.361.0004.2032	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1160	05.001.12.361.0004.2033	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1570	05.002.13.392.0005.1039	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	1620	05.002.13.392.0005.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1670	05.002.13.392.0006.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



2018	1700	06.001.10.301.0007.1042	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2018	2120	06.002.10.301.0007.2053	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2580	07.001.15.452.0008.1061	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	2590	07.001.15.452.0008.1061	501	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	2600	07.001.15.452.0008.1061	501	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	2740	07.001.15.452.0008.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2750	07.001.15.452.0008.2065	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2760	07.001.15.452.0008.2065	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2900	07.002.26.782.0009.2066	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2910	07.002.26.782.0009.2066	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2920	07.002.26.782.0009.2066	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2930	07.002.26.782.0009.2066	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2940	07.002.26.782.0009.2066	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3060	08.002.20.606.0010.1069	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	3170	08.002.20.606.0010.2073	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3310	09.001.08.244.0012.2076	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava: Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA deverá entregar as mercadorias no prazo de no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, no Município de São José das Palmeiras logo após o pedido da secretaria Solicitante.

Parágrafo Segundo: As quantidades máximas inicialmente licitadas, constantes no anexo I do presente pregão presencial, poderão ser inferiores de acordo com a necessidade da Administração.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia do produto, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nonna - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, Sr. Dgesslen Caroline Niederle, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima - As alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira - Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda- Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

São José das Palmeiras, em 29 de Janeiro de 2018.

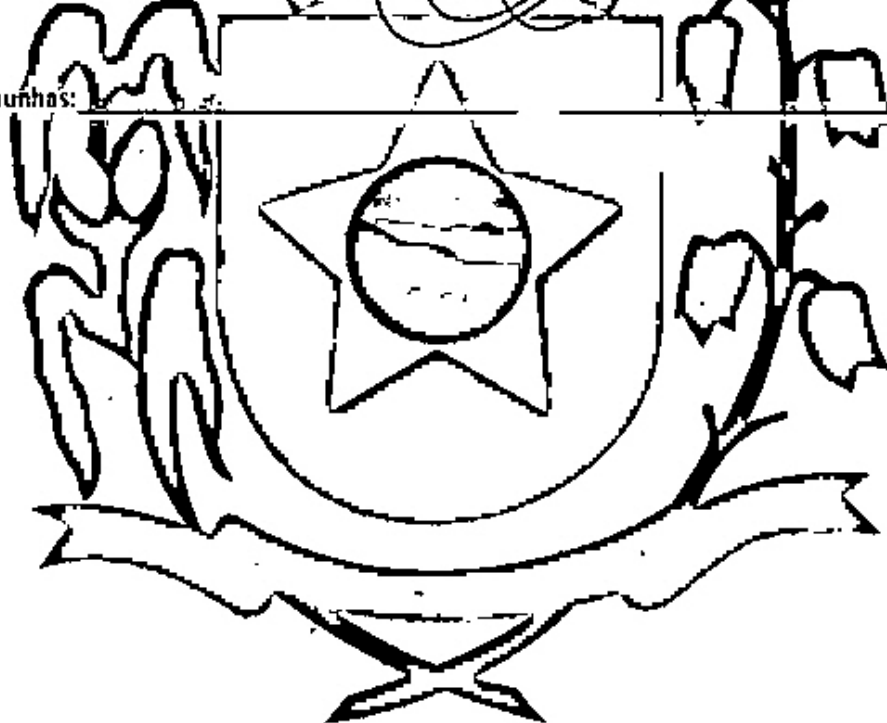
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Consultante

JEHAD A. IBRAHIM & CIA LTDA-ME.

Contratado

Testemunhas:





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018.**

OBJETO: Aquisições de materiais de construção para atender todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

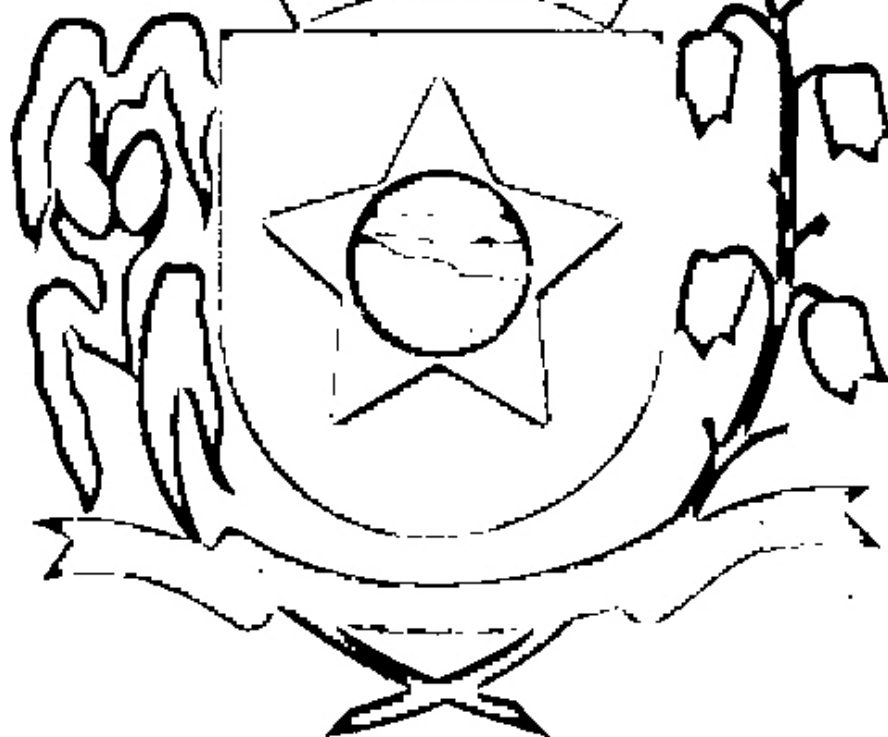
CONTRATADO: JEHAD A. IBRAHIM & CIA LTDA-ME.

VALOR: R\$ 146.241,50(cento e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e um mil e cinquenta centavos) até o término do contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 29 de Janeiro de 2019.

São José das Palmeiras, em 29 de Janeiro 2018.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 03/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial nº PG/GC 01/2018, de um lado, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. GILBERTO FERNANDES SALVADOR, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF nº 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG nº 3.989.847-0 SESP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa Jair Rodrigues de Bessa - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.704.268/0001-20, estabelecido na Rua Av. José Bonifácio, 1008 - centro - São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu titular o Sr. Jair Rodrigues de Bessa, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº 7.224.495-8 SSP/PR e CPF nº 024.781.549-78, residente e domiciliado na Av. José Bonifácio, 1893 - centro - São José das Palmeiras-PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira. - Do objeto: Aquisições de materiais de construção para atender todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - PR.

Cláusula Segunda. - Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Presencial nº 01/2018, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

Cláusula Terceira. - Do preço, condições de pagamento - O preço será de R\$ 134.847,00 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete reais) até o término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta. - Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 29 de Janeiro de 2019, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	140	02.001.04.122.0002.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	310	03.001.04.122.0002.1016	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	330	03.001.04.122.0002.2018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	440	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	770	05.001.12.361.0004.1025	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	1040	05.001.12.361.0004.2032	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1160	05.001.12.361.0004.2033	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1570	05.002.13.392.0005.1039	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	1620	05.002.13.392.0005.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1670	05.002.13.392.0006.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



2018	1700	06.001.10.301.0007.1042	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2018	2120	06.002.10.301.0007.2053	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2580	07.001.15.452.0008.1061	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	2590	07.001.15.452.0008.1061	501	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	2600	07.001.15.452.0008.1061	501	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	2740	07.001.15.452.0008.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2750	07.001.15.452.0008.2065	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2760	07.001.15.452.0008.2065	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2800	07.002.26.782.0009.2066	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2910	07.002.26.782.0009.2066	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2920	07.002.26.782.0009.2066	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2930	07.002.26.782.0009.2066	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2940	07.002.26.782.0009.2066	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3060	08.002.20.606.0010.1069	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2018	3170	08.002.20.606.0010.2073	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3310	09.001.08.244.0012.2078	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta: Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Cláusula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava: Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA deverá entregar as mercadorias no prazo de no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, no Município de São José das Palmeiras logo após o pedido da secretaria solicitante.

Parágrafo Segundo: As quantidades máximas inicialmente licitadas, constantes no anexo I do presente prego público presencial, poderão ser inferiores de acordo com a necessidade da Administração.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia do produto, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nona - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, Sra. Dgessica Caroline Niederle, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira - Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda- Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

São José das Palmeiras, em 29 de Janeiro de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

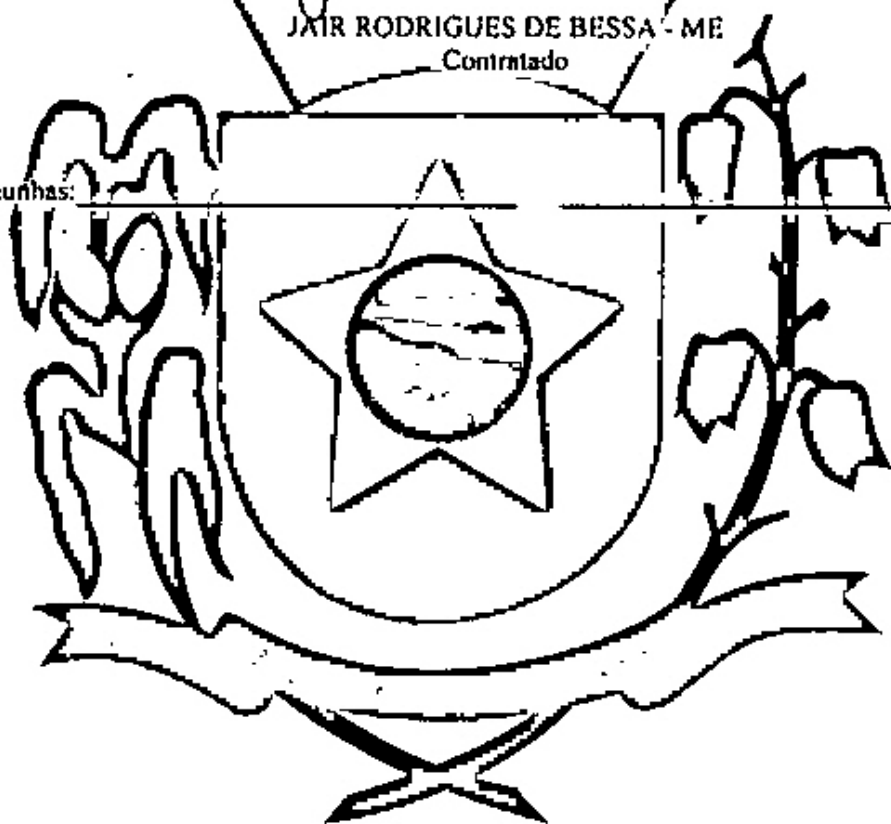
Contratante

Jair Rodrigues de Bessa

JAIR RODRIGUES DE BESSA - ME

Contratado

Testemunhas:





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018.**

OBJETO: Aquisições de materiais de construção para atender todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: JAIR RODRIGUES DE BESSA - ME

VALOR: R\$ 134.847,00 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete reais) até o término do contrato

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 29 de Janeiro de 2019.

São José das Palmeiras, em 29 de Janeiro 2018.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

